

Mandato vai demorar, diz Ulysses

Acordos para Disposições Transitórias vão consumir esta semana

Dificilmente as Disposições Transitórias da nova Constituição — onde aparece a duração do mandato do presidente Sarney — serão votadas esta semana. Pelo menos é o que deu a entender o próprio presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, depois de reunir por mais de duas horas, ontem, em sua casa, na Península dos Ministros, os membros da relatoria, o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) e os auxiliares, senador José Fogaça (PMDB-RS) e o deputado Adolfo de Oliveira, (RJ) líder do PL.

Apesar de afirmar que "estamos sempre buscando um acordo", Ulysses Guimarães demonstrou a sua intenção de buscar o entendimento em torno da etapa da Constituinte que pode ocasionar mais polémica. Lamentando a ausência de outros líderes, convidados para a reunião de ontem, ele fez questão de afirmar que "temos de encontrar um método para chegar a um acordo amplo, na base da conversa".

que esta semana será utilizada praticamente na íntegra, para chegar ao acordo sobre o capítulo das Disposições Transitórias e que, só na outra, poderia acontecer a votação.

Isso, entretanto, não assusta ao deputado Ulysses Guimarães e, segundo ele, enquanto estiver na Presidência da República, existem substitutos que podem tocar os trabalhos. "Nós temos os nossos vice-presidentes Mauro Benevides e Jorge Arbage que muito bem podem conseguir avanços nas votações", disse ele, assegurando também que "a viagem é domingo e até quarta-feira o presidente Sarney deve estar de volta".

Quando foi questionado se a votação do mandato seria, então, deixada só para a outra semana, Ulysses reagiu "temos mais coisas que o mandato, para decidir, mas acho que ele será votado ainda nesta semana", apesar de dar a entender o contrário.

CRISE

A saída de políticos importantes do PMDB, reforçada pela possibilidade de uma antecipação da decisão do líder, na Constituinte, senador Mário Covas (SP) mais uma vez foi tratada como questão futura, pelo presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães. Segundo ele não existe uma debandada do partido e a luta pela manutenção dos políticos na legenda, continua.

Mesmo a possibilidade da saída do senador Mário Covas foi descartada por Ulysses, quando surgiu o comentário de que ele estaria providenciando para que o atual líder na Câmara, Ibsen Pinheiro (RS), assumisse o cargo, no caso da saída de Covas. "Eu não quero avançar o sinal", disse Ulysses, ontem, garantindo que "o senador Mário Covas tem sido uma força positiva na elaboração da Constituição e, dado a essa importância, eu não tenho feito outra coisa que não tentar mantê-lo no partido".

Reunião traça prioridades

A reunião de mais de duas horas, ontem pela manhã, na casa do deputado Ulysses Guimarães, com a presença do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) e dos relatores auxiliares, José Fogaça (PMDB-RS) e Adolfo de Oliveira (PL/RJ), procurou encontrar fórmulas para agilizar a votação das Disposições Transitórias, no plenário. Ao final, mesmo sem qualquer definição — devido à falta dos líderes das diversas tendências — foram determinadas certas prioridades, como a necessidade de um acordo preliminar sobre o texto base.

Quem explicou a questão foi o senador José Fogaça. Segundo ele, "temos de determinar o que será votado, como texto base, ou o substitutivo do Centrão, ou o já aprovado, da Sistematização. O problema é que para isso, também, será necessário chegar a um acordo, porque existe muita diferença, em várias questões".

Se houver acordo, por exemplo, para votar o texto do Centrão, tudo fica mais fácil, segundo o senador gaúcho. Depois disso começam a ser votados os destaques para cada uma das questões, iniciando-se pelas duas polémicas que sobram: a duração do mandato do presidente Sarney e a anistia, que vem logo a seguir.

"Por isso nós dividimos as Disposições Transi-

rias não como um título", disse Fogaça, "mas como um capítulo, de três partes. Primeiro temos as disposições gerais, que tornam aplicável o texto permanente. Nesse caso, o acordo pode ser fácil, porque não existem grandes polémicas. Depois vêm as questões que foram objeto de acordo e remetidas às Disposições Transitórias, como é o caso dos Contratos de Risco, proibidos desde que se aprovasse, nesta fase, o cumprimento dos contratos em andamento e, finalmente, as matérias de grande relevância política e social, onde o acordo é mais fácil e devemos resolver no voto".

Com essa distribuição, Fogaça acredita que fica mais fácil resolver a questão. Se houver demora na resolução do texto base e depois para decidir, no voto, a questão do mandato segundo da anistia aos militares, todo o restante fica mais fácil.

A dificuldade, segundo Fogaça, está num acordo entre os líderes progressistas e o Centrão para acertar o texto base. "E que o texto do Centrão tem muitas coisas que não se aceita. Eu posso imaginar o que vai acontecer: vamos aprovar o texto centrista, desde que seja possível modificar alguns pontos inaceitáveis que nele estão contidas".

Os líderes do Centrão, acha que, com muito esforço, a votação poderá se dar em até oito sessões, caso não haja complicadores nas votações. Há, porém, complicadores, como obstruções e falta de entendimento, esse prazo poderá ser ampliado para até 15 sessões. Os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso consideram essa parte do projeto muito complicada para a votação e admitem que poderá haver muitas sessões para sua definição.

O deputado Paulo Delgado (PT-MG) considera essa parte do projeto muito polémica, já que nela está a questão do mandato do presidente José Sarney, da anistia, dos "trens da alegria" — efetivação de funcionários — e emendas sobre o referendário de partes da Constituição. Mesmo assim, ele acredita que em menos de 15 sessões a matéria poderá ser votada.

O líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP), destaca que cada artigo é todo um universo de interesses.

YUUGI MAKRUCHI



Ulysses Guimarães convocou Bernardo Cabral e os líderes para tentar acordo sobre Disposições Transitórias

Líderes não aparecem e atrasam mais

O líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, esteve ontem na casa do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, para tentar um acordo quanto à votação das Disposições Transitórias. Outros líderes convidados não apareceram, porque viajaram aos seus estados e com isso, colaboraram para atrasar ainda mais o processo de votação. Mais tarde, chegaram os relatores, também convocados.

Carlos Sant'Anna chegou cedo à casa de Ulysses Guimarães, na Península dos Ministros. Sabe-se que, lá dentro, o mandato do presidente Sarney deve ter sido o principal assunto. A saída, entretanto, o líder governista afirmou que "estivemos apenas trocando algumas idéias quanto à metodologia para a votação das Disposições Transitórias".

Sem revelar muito da conversa que teve com Ulysses Guimarães, Sant'Anna garantiu que está disposto ao acordo. Quanto à questão do Índio — último capítulo a ser votado, do título oito — revelou que o próprio Ulysses quer uma definição: "Ele nos pediu que terça-feira, por exemplo, nós tenhamos, uma definição clara. Se houver acordo, vota-se o acordo; caso contrário, vamos tentar resolver a questão no plenário".

Ao deixar a casa do presidente da Constituinte, o líder do Governo parecia satisfeito com a conversa. Para ele existem poucas questões difíceis de serem resolvidas, nas Disposições Transitórias. Essas, devem ser disputadas no voto; mas as demais podem tranquilamente ser frutos do consenso. Gesticulando, para demonstrar que temas são esses, Sant'Anna mostrava que toda a transição da lei atual para a nova Constituição pode ser consenso. "São questões muito tranquilas e não vai haver discussão, por exemplo, na transição dos nomes dos tribunais, da atual para a nova Constituição", disse ele.



Carlos Sant'Anna

Para Prisco, não há o que temer

DILZE TEIXEIRA
Da Editoria de Política

Por temperamento, avesso a festas, o ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Luiz Humberto Prisco Viana, tem certeza, hoje, de que desta vez vai ter uma boa razão para comemorar o seu aniversário, no próximo sábado: a vitória dos cinco anos para o mandato do presidente José Sarney, resultado de uma paciente e melindrosa costura política, da qual participou intensamente. Com uma fisionomia tranquila e demonstrando até bom humor, o normalmente mal-humorado Prisco Viana não consegue esconder seu otimismo, a despeito de seus esforços, "para não dar a impressão antipática do já ganhamos", assegura: "Já não há o que temer, vamos votar na quarta-feira, ou talvez na quinta a duração do mandato do Presidente. E temos certeza na vitória".

Ele confessa que até a quinta-feira a tendência era desmobilizar o grupo cincoanista e deixar a votação para só depois do retorno de Sarney de Nova Iorque, ou seja, lá para o dia

JULIO ALCANTARA



Prisco espera que seus cálculos se confirmem

Bancada paulista vai em maioria com os 5

Da Sucursal

São Paulo — O governador Orestes Quércia não precisará despendar qualquer esforço para que a maioria da bancada do PMDB paulista vote a favor do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney na próxima semana. Apenas 10 deputados dos 28 e os três senadores do partido em São Paulo estão dispostos a aprovar os quatro anos.

Quércia tem o domínio de pelo menos 15 parlamentares, por acertos firmados desde o início da Constituinte. Alguns possuem independência em relação ao Palácio dos Bandeirantes. Mas também podem votar na proposta dos cinco anos, como o presidente do partido, Ulysses Guimarães, em função de acordos fechados diretamente com o presidente Sarney.

Entre os independentes se destaca o líder do centrão, Roberto Cardoso Alves, que dificilmente segue a orientação do governador. Mas no caso do mandato de Sarney, vota

oito ou nove. "Mas após nossa última avaliação, chegamos à conclusão de que não há mais o que proferir. Os entendimentos evoluíram em torno das questões mais importantes e decidimos mobilizar nosso grupo para decidir logo a questão do mandato", disse Prisco Viana. Confiante na vitória ele disse que com a definição do seu mandato, "o Presidente vai poder governar com tranquilidade e estabilidade. Inclusive com mais autoridade política para as grandes decisões, como a negociação da dívida externa".

Prisco Viana, inegavelmente um dos mais hábeis articuladores políticos do Governo, não nega que as negociações foram muito difíceis. Explica porque, "houve muita ambição pessoal, muito candidato querendo apressar a eleição", mas nega-se a revelar as pressões ocorridas nos bastidores. Na sua opinião o emocionalismo com que o mandato do presidente Sarney foi tratado foi muito ruim na medida em que polarizou todo o debate da Assembleia Nacional Constituinte, impedindo, por consequência, uma discussão mais ampla e profunda so-

bre temas mais relevantes para o futuro do País. Tanto na área política, quanto na econômica e social.

"Tudo isto ocorreu num quadro difícil. Ninguém pode desconhecer que o Governo Sarney não tem similar em toda a vida Republicana. Nunca nenhum governante enfrentou, simultaneamente, fatores tão adversos", acrescentou o Ministro. Entre os complicadores que o Presidente vem enfrentando, Prisco Viana relaciona a transição política, as dificuldades econômicas — principalmente a inflação — a dívida externa, a retaliação americana e, de forma notável, a Constituinte.

Sobre este último ponto o Ministro disse: "A Constituinte teve um grande poder desagregador e desestabilizador do quadro político. Chegou, em certo momento a funcionar como um poder paralelo. Isto tudo em função dos seus superpoderes". Segundo Prisco Viana, o que ajudou muito nessa travessia foi o caráter tolerante e moderado do presidente Sarney "muitas vezes incompreendido e não correspondido por aqueles que se dedicaram à radicalização".

Quanto à questão das eleições municipais Prisco Viana evitou opinar. "Esta é uma questão dos partidos políticos e da Constituinte. O Presidente da República não interfere. Não se envolve. Ele negou que tenha qualquer inspiração do Palácio do Planalto, a posição assumida, nos últimos dias pelo líder do Governo no Senado, Saldanha Derzi, que vem negociando uma fórmula política, resultado da fusão de três emendas, que adiará a eleição municipal para setembro do próximo ano. Esta proposta estabelece ainda que as eleições presidenciais seriam simultâneas às dos prefeitos e vereadores.

— Se estamos seguros da vitória, por que iríamos aceitar a redução do mandato do presidente Sarney, mesmo de dois meses? — indagou o Ministro.

Militar pode reagir se a anistia passar

As Forças Armadas reagirão, prontamente, à aprovação da anistia aos cassados por atos administrativos durante os governos militares, e à redução do mandato do presidente José Sarney. Essa posição já foi selada pelos altos comandos do Exército, Marinha e Aeronáutica, respaldando o consenso dos ministros militares que já se pronunciaram, publicamente, sobre o assunto. O esquema militar de revide à aprovação desses projetos já está montado, afirmou ontem um oficial-general de quatro estrelas das Forças Armadas, em Brasília.

Segundo o ministro Leônidas Pires Gonçalves (Exército), o retorno dos militares e civis cassados por atos administrativos ao serviço ativo "é inadmissível e fere frontalmente a hierarquia e a disciplina militares, princípios basilares da estrutura castrense. O mandato de cinco anos para o presidente Sarney é imprescindível a uma tranquila transição democrática e importante à manutenção da lei e da ordem. Eleições antes de 1990 segundo ainda o ministro Leônidas Pires — podem provocar uma convulsão social", fato que poderá levar as Forças Armadas a intervir, admite a cúpula militar das forças singulares.

A aprovação do mandato de cinco anos para o presidente Sarney, além de atender ao aspecto segurança do País, mantendo as Forças Armadas voltadas exclusivamente para suas missões constitucionais, vem de encontro aos interesses imediatos dos militares.